
Propostas para eliminar a pobreza em Portugal com a ajuda das empresas

Bruna Moço¹, Florbela Oliviera², Rafael Freitas³, Susana Duarte⁴ & Manuel Au-Yong-Oliveira⁵

¹ DEGEIT, University of Aveiro, Aveiro, Portugal, brunamoco01@ua.pt

² DEGEIT, University of Aveiro, Aveiro, Portugal, florbelacristina.oliveira@ua.pt

³ DEGEIT, University of Aveiro, Aveiro, Portugal, rafaelfreitas@ua.pt

⁴ DEGEIT, University of Aveiro, Aveiro, Portugal, susanaemduarte@ua.pt

⁵ INESC TEC, Porto, Portugal; GOVCOPP, DEGEIT, University of Aveiro, Aveiro, Portugal, mao@ua.pt

Resumo

A pobreza é um estado socioeconómico que se define como a carência de recursos e está associada a uma distribuição desigual da riqueza. De acordo com o Relatório “Pobreza e Exclusão Social em Portugal” (2022) a crise pandémica acentuou o risco de pobreza ou exclusão social entre 2020 e 2021 em Portugal (em 12%). A tendência será o agravamento das condições de vida e a diminuição do rendimento disponível das famílias. O propósito do nosso trabalho é promover a ligação e a aproximação entre os indivíduos mais desfavorecidos e as empresas, de modo que as mesmas exerçam um papel ativo no combate à pobreza. Neste sentido, mencionamos algumas atitudes empreendedoras que as empresas podem seguir, de forma a diminuir a pobreza em Portugal. A nossa primeira proposta consiste no investimento por parte das empresas em habitações que serão utilizadas para acolher pessoas sem-abrigo, uma vez que a falta de habitação é a principal dificuldade que impede a satisfação de outras necessidades básicas. Somente quando este problema se encontra resolvido é que se deve proceder à reintegração dos indivíduos no mercado de trabalho. Esta proposta surgiu da colaboração de entidades como a organização NPISA Aveiro IPSS Florinhas do Vouga, que atua diretamente neste âmbito. A segunda proposta passa pela divulgação dos benefícios inerentes à implementação de departamentos de responsabilidade social (com poder efetivo e não somente “cosmético”), de modo que mais empresas apostem nos mesmos. Por último, abordamos a problemática do desperdício alimentar com o intuito de reduzir o mesmo e simultaneamente contribuir para a redução da fome. Deste modo, a proposta visa diretamente as empresas que possuam uma cantina ou que têm a sua atividade principal relacionada à distribuição ou venda de alimentos perecíveis. O intuito seria a distribuição de refeições ainda em bom estado pelos mais carenciados a custo zero. As três propostas apresentadas complementam-se, visto que atuam em campos diferentes, devendo ser todas implementadas simultaneamente para a obtenção de melhores resultados.

Keywords: Pobreza; Sem-abrigo; Responsabilidade Social; Desperdício Alimentar.

Abstract

Poverty is a socioeconomic state that is defined as a lack of resources and is associated with an unequal distribution of wealth. According to the Report "Poverty and Social Exclusion in Portugal" (2022) the pandemic crisis has increased the risk of poverty or social exclusion between 2020 and 2021 in Portugal (by 12%). The trend will be a worsening of living conditions and a decrease in the disposable income of families. The purpose of our work is to promote the connection and closeness between the most disadvantaged individuals and companies, so that companies may play an active role in the fight against poverty. In this sense, we mention some entrepreneurial attitudes that companies can follow in order to decrease poverty in Portugal. Our first proposal is for companies to invest in housing that will be used to shelter homeless people, since the lack of housing is the main difficulty that prevents the satisfaction of other basic needs. Only when this problem is solved should the individuals be reintegrated into the labor market. This proposal arose from the collaboration with entities such as the organization NPISA Aveiro IPSS Florinhas do Vouga, which acts directly in this area. The second proposal is to publicize the benefits inherent in the implementation of social responsibility departments (with the effective power to change things, beyond being simply "cosmetic"), so that more companies will invest in them. Finally, we address the problem of food waste in order to reduce it and simultaneously contribute to reducing hunger. Thus, the proposal is aimed directly at companies that have a canteen or that have their main activity related to the distribution or sale of perishable food. The intention would be to distribute meals still in good condition to the needy at zero cost. The three proposals presented complement each other, since they act in different fields and should all be implemented simultaneously to obtain better results.

Keywords: Poverty; Homelessness; Social Responsibility; Food Waste.

1. INTRODUÇÃO

Dado o contexto em que vivemos especialmente após a pandemia Covid-19, os gestores deveriam estar cada vez mais empenhados na resolução de problemáticas como a pobreza, que os afetam direta ou indiretamente. A responsabilidade social corporativa tem sido uma aposta de cada vez mais empresas para minimizar os efeitos causados pela pobreza e melhorar a conjuntura económico-social atual.

Durante a nossa investigação identificámos que existem ainda determinados aspetos pouco explorados por parte das empresas que se revelam essenciais no combate à pobreza.

Deste modo, o objetivo deste trabalho passa por explorar o tema da pobreza e a sua evolução para posteriormente serem apresentadas propostas de combate à mesma. Estas propostas poderão ser implementadas no contexto empresarial, devido ao carácter empreendedor que estas possuem.

No sentido de tornar as nossas propostas mais adequadas à realidade, inicialmente pretendíamos realizar um trabalho de campo muito específico, com entrevistas ao público-alvo, para compreender se estas seriam exequíveis. Porém, apenas foi possível realizar uma entrevista à responsável pelos sem-abrigo da entidade NPISA Aveiro IPSS Florinhas do Vouga, para compreender o trabalho já desenvolvido e as principais dificuldades que estes indivíduos enfrentam.

Após a elaboração da pesquisa foram identificados os três principais problemas: a escassez de habitação, a fome e a recusa de acompanhamento clínico por parte dos utentes.

Neste âmbito, as nossas propostas visam o investimento por parte das empresas em habitações que serão utilizadas para acolher sem-abrigo, de modo a possibilitar-lhes um recomeço. Para concretizar esta proposta, sugerimos que sejam estabelecidas parcerias entre as várias empresas interessadas e instituições que já têm experiência no combate a esta problemática. Outra proposta passa pela implementação de departamentos de responsabilidade social, com poder efetivo, que irão influenciar positivamente o contributo das empresas para diminuir os impactos da pobreza.

Por último, propomos que as empresas que possuem uma cantina ou que têm a sua atividade principal relacionada a alimentos perecíveis procedam à distribuição de refeições ainda em bom estado pelos mais necessitados.

Após a enunciação da metodologia do presente estudo, apresentada de seguida, o trabalho continua com uma breve definição do conceito de pobreza e a sua evolução, seguida da definição de responsabilidade social e responsabilidade social corporativa. Posteriormente, evidenciamos os objetivos de desenvolvimento sustentável, onde o primeiro é erradicar a pobreza. Finalmente, procedemos à apresentação das três propostas anteriormente indicadas, elaboradas com base nos problemas identificados.

2. METODOLOGIA

Num momento inicial focamo-nos na pesquisa de informação em relatórios providenciados por organizações que atuam no âmbito desta temática; e numa pesquisa na base de dados da Scopus. A pesquisa na base de dados da Scopus foi feita com as palavras-chave “homeless” AND “social responsibility” OR sustain* (no dia 18 de junho de 2023), o que deu o resultado de 714 ficheiros encontrados (Figura 1). Lemos alguns dos artigos mais recentes e relevantes para o tema para ajudar a definir alguns conceitos de base.

Para alcançar um maior entendimento relativamente à dimensão e consequências advindas desta realidade, decidimos elaborar entrevistas passíveis de serem aplicadas ao público-alvo (os sem-abrigo). No entanto, devido à proteção de dados e para preservar a segurança dos envolvidos, apenas nos foi possível entrevistar um membro da equipa responsável pelos sem-abrigo na organização NPISA Aveiro IPSS Florinhas do Vouga, que atua diretamente neste âmbito. Através de uma triangulação dos dados (Saunders et al., 2016) (o que envolve usar mais que uma fonte de dados – neste caso, incluindo relatórios e notícias publicados) foi possível confirmar o conteúdo da entrevista e o conhecimento transmitido.



Scopus



The new, enhanced version of the search results page is available.

714 document results

TITLE-ABS-KEY (homeless AND "social responsibility" OR sustain*)

Figura 1 - Pesquisa no Scopus em 18-06-2023

Esta entrevista informal e não estruturada (realizada no dia 16 de dezembro de 2022, e com a duração de cerca de uma hora) permitiu perceber como é que esta organização funciona e que medidas já estão a ser implementadas, o que nos deu abertura para analisar campos ainda não explorados. Os temas abordados na entrevista estão na Figura 5.

A questão de investigação que norteou o trabalho foi: como é que as empresas podem ajudar no combate à pobreza? A pesquisa levou à análise dos sem-abrigo por serem um grupo de pobreza extrema e muito vulnerável.

De referir que a pandemia COVID-19, seguida da guerra entre a Ucrânia e a Rússia, veio agravar em muito a situação de pobreza em Portugal. O objetivo do presente estudo é o de melhorar as perspetivas dos grupos vulneráveis e de contribuir de alguma forma com soluções para a pobreza em Portugal.

Finalmente, o estudo é interpretivista (Saunders et al., 2016) pois envolve a interpretação da realidade social pelos autores. A realidade é vista como sendo um constructo social e multifacetado.

3. CONTEXTUALIZAÇÃO

3.1. DEFINIÇÃO DE POBREZA

Antes de iniciar o debate sobre o papel das empresas no combate à pobreza, pretendemos primeiramente esclarecer este mesmo conceito, de modo que o leitor possa obter uma melhor compreensão do assunto tratado no presente estudo. Por este motivo, neste documento agregamos vários conceitos encontrados na revisão de literatura de acordo com as perspetivas de diversos autores e organizações.

Há vários tipos de medida de desigualdade social, como demonstra a passagem seguinte:

"The included studies showed less variation in their approaches to measuring vertical social inequality. Most common were measures of education and income. Among the other measures used were wealth, perceived income adequacy, employment, occupation, social class, and economic living standard." (Keim-Klarner et al., 2023).

A pobreza pode ser definida como sendo um estado socioeconómico no qual o indivíduo carece de recursos ou de formas de os obter que lhe garantam a subsistência, uma vida digna, o seu bem-estar geral e a satisfação das suas necessidades físicas e mentais básicas, incluindo o acesso a saneamento, alimentação, vestuário, cuidados de saúde, habitação, cultura e educação (Conceitos do Mundo, 2022).

A pobreza surge devido a uma multiplicidade de fatores sociais, económicos e psicológicos e depende das condições de vida, de hábitos culturais e das alterações económicas que ocorrem em cada país (Semprebon et al., 2020).

Este fenómeno está ainda associado a uma desigualdade na distribuição da riqueza, estando muitas vezes interligado a conceitos como discriminação e exclusão social. A pobreza está relacionada à privação da liberdade de escolha e à ausência de igualdade de oportunidades. A melhoria das condições de vida ocorre quando as pessoas em situação de pobreza são capazes de aceder aos bens que antes só eram alcançáveis por camadas sociais superiores (Conceitos do Mundo, 2022) (Semprebon et al., 2020).

A pobreza assume uma forma absoluta e outra relativa. A pobreza absoluta está relacionada com o valor monetário necessário para garantir a satisfação integral das necessidades alimentares mínimas que garantem a sobrevivência dos seres humanos. Por outro lado, a pobreza relativa baseia-se na comparação da situação económica de um indivíduo com os restantes integrantes da sociedade em que este está inserido, o que dificulta a completa integração no seu contexto. Para medir a pobreza absoluta, é utilizado como referência o limiar ou linha de pobreza que está relacionado com o custo associado à aquisição dos bens básicos que um ser humano necessita para sobreviver (Conceitos do Mundo, 2022). Assim, considera-se que uma pessoa vive em situação de pobreza quando o seu rendimento se encontra abaixo do limiar de pobreza, isto é, quando a pessoa não é capaz de satisfazer as suas necessidades vitais (Semprebon et al., 2020).

Cada país detém o seu próprio limiar, tendo como referência o nível de desenvolvimento que possui. Nos países pertencentes à União Europeia uma pessoa está em risco de pobreza quando possui rendimentos inferiores a 60% da quantia média auferida pelos agregados familiares que compõem o Estado-Membro (Parlamento Europeu, 2011).

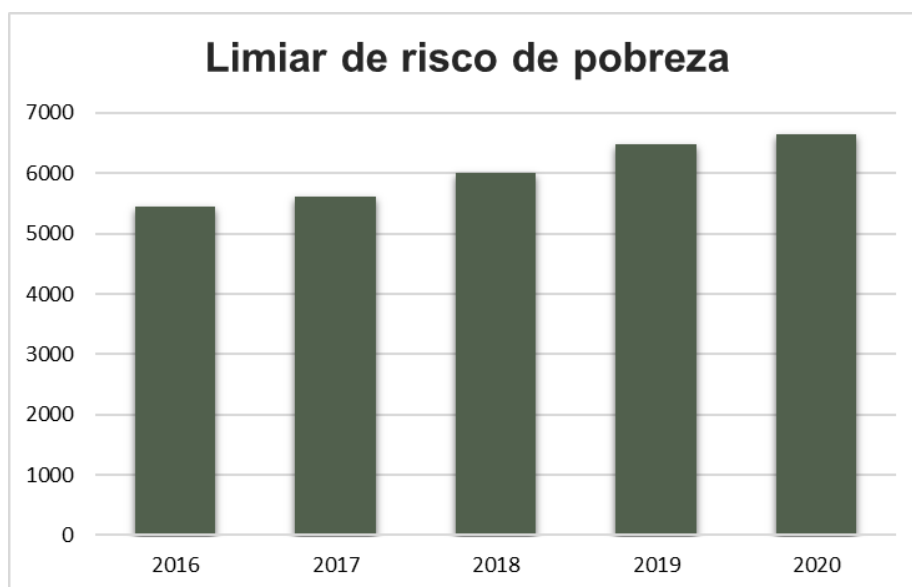


Figura 2 - Limiar de risco de pobreza

Fonte: Elaboração própria (dados do INE)

Em Portugal o limiar de risco de pobreza teve tendência a aumentar durante o período de 2016 a 2020, como está ilustrado na Figura 2. Os dados utilizados para a elaboração do gráfico foram consultados na base de dados Instituto Nacional de Estatística (INE).

3.2. EVOLUÇÃO DA POBREZA

A pobreza extrema observou uma redução constante por um período de 25 anos (Banco Mundial, 2022). Porém, esta diminuição foi afetada por conflitos, alterações climáticas e pelas consequências advindas da pandemia Covid-19.

Esta última crise teve especial responsabilidade no agravamento das condições de vida, uma vez que significou para inúmeras famílias, a perda e paralisação de empregos, afetando de forma mais proeminente as famílias mais pobres, os trabalhadores informais e detentores de salários mais baixos, os jovens e as mulheres. Assim houve um aumento quer da desigualdade interna, quer entre países, o que afetou significativamente no longo prazo a igualdade de oportunidades e a mobilidade social.

Outra componente a mencionar é a inflação que cresce exponencialmente e que tem consequências nocivas principalmente para as famílias mais pobres. Este fenómeno é preocupante, porque os preços dos bens alimentares estão cada vez mais inflacionados, inclusive dos produtos que são essenciais para o ser humano sobreviver (Banco Mundial, 2022).

Alguns estudos estimam que os impactos das crises atuais poderão perdurar na maior parte dos países até 2030. Assim, atualmente, parece ser improvável atingir o objetivo que já estava estabelecido antes do início da pandemia, de reduzir a taxa de pobreza absoluta global até 2030, para menos de 3%, a menos que se invista massivamente e com alguma urgência em medidas políticas significativas (Banco Mundial, 2022).

4. RESPONSABILIDADE SOCIAL

4.1. CARACTERIZAÇÃO

A SA 8000 – “Social Accountability Internacional” é uma norma que foi formulada em outubro de 1997 e que regula a Responsabilidade Social. Esta baseia-se nas doze Convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT), na Convenção relativa aos Direitos das Crianças e na Declaração dos Direitos do Homem das Nações Unidas e tem como objetivo declarar que as empresas possuem os critérios mínimos fixados pela OIT relativamente ao respeito pelos direitos fundamentais dos trabalhadores.

Esta norma é bastante abrangente e regula diversos temas como o Trabalho Forçado, a Liberdade de Associação e Direito à Negociação Coletiva, as Práticas Disciplinares, a Remuneração, a Discriminação, o Horário de Trabalho, o Sistema de Gestão, o Trabalho Infantil e a Segurança e Saúde no Trabalho. As empresas que cumprem esta norma assumem que respeitam voluntariamente valores éticos no processo produtivo, o que aumenta a sua vantagem competitiva (Marinho, 2012).

4.2. RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA

O termo Responsabilidade Social Corporativa (RSC) ou Responsabilidade Social Corporativa Empreendedora (RSCE) ou Responsabilidade Social Empresarial (RSE), considera-se como a contribuição voluntária das empresas para o desenvolvimento sustentável, com iniciativas além das legalmente impostas. A RSC envolve dimensões ecológicas e humanas com impacto direto na qualidade de vida do humano que esteja envolvido diretamente ou indiretamente com a entidade e com a sustentabilidade do planeta (Oliveira et al., 2015).

Existem várias formas de as empresas praticarem a Responsabilidade Social Corporativa. Esforços ambientais, voluntariado, ética e filantropia são alguns dos exemplos (Oliveira et al., 2015).

A sociedade tem-se organizado tendo em vista a adoção por parte das empresas de um conjunto cada vez maior de iniciativas que revelem preocupações sociais. Surgiram as normas e certificações internacionais e nacionais, e sucede-se a criação de entidades empresariais que pretendem ser parceiros na implementação de políticas de RSC e um veículo na transmissão de boas práticas (Oliveira et al., 2015).

Estas atividades de responsabilidade social corporativa têm, maioritariamente, um efeito positivo na imagem da empresa, ajudando na afirmação da mesma no mercado. Porém, existem algumas ações que podem ter o resultado contrário, como por exemplo, alugar quartos de hotéis a sem-abrigo em tempo de pandemia. Esta ação pode ser vista como positiva para alguns indivíduos, no entanto, verifica-se algum sentimento de

repugnância quando as pessoas têm o conhecimento que o quarto já fora alugado a uma pessoa sem-abrigo. A maior ou menor repulsa em relação a estes quartos dependem da ideologia política e também do nível de luxo que o hotel possui (Bae, 2023).

5. OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Em 2015, as Nações Unidas definiram a Agenda 2030, constituída por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Esta é uma agenda alargada e ambiciosa que aborda várias dimensões do desenvolvimento sustentável (social, económico e ambiental) e que promove a paz, a justiça e instituições eficazes (Nações Unidas, 2015).

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável têm como base os progressos e lições aprendidas com os 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, estabelecidos entre 2000 e 2015, e são fruto do trabalho conjunto de governos e cidadãos de todo o mundo (Nações Unidas, 2015) (ver Figura 3).



Figura 3 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Fonte: Nações Unidas (ONU)

A Agenda 2030 e os 17 ODS são a visão comum para a humanidade, um contrato entre os líderes mundiais e os povos e “uma lista das coisas a fazer em nome dos povos e do planeta” (Nações Unidas, 2015).

Além destas iniciativas, têm surgido organismos de suporte às práticas de responsabilidade social corporativa. Por exemplo, o Instituto Ethos de empresas e responsabilidade social, enquanto polo de organização de conhecimento, troca de experiências e desenvolvimento de ferramentas para auxiliar as empresas a analisar as suas práticas de gestão e aprofundar o seu compromisso com a responsabilidade social e o desenvolvimento sustentável.

A CSR Europe, fundada em 1995, cuja congénere portuguesa é a RSE Portugal, trabalha a ligação entre as empresas, tendo em vista a partilha das melhores práticas de responsabilidade social corporativa, a inovação em projetos entre as empresas e os seus stakeholders, assim como a formatação dos negócios atuais de acordo com a agenda da sustentabilidade e competitividade.

6. PROPOSTAS

O objetivo principal do nosso projeto é criar uma rede de propostas que permitam eliminar a pobreza em todos os sentidos, bem como em qualquer lugar.

6.1. SEM-ABRIGO

Um dos grupos sociais mais vulneráveis que merece destaque neste relatório são os sem-abrigo. Por sem-abrigo entende-se qualquer pessoa que vive num espaço público, como por exemplo, ruas, jardins, estações de metro, paragens de autocarro, pontes e viadutos, entre outros. Consideram-se ainda sem-abrigo, os indivíduos que apesar de passarem a noite num centro de acolhimento noturno, estão a maior parte do seu tempo num local público (Instituto Nacional de Estatística, 2019).

Os sem-abrigo tendem mais facilmente a cometer suicídio, sendo que os problemas de saúde mental são mais predominantes nesta situação. As taxas de mortalidade entre os sem-abrigo são 2 a 5 vezes maiores do que a média da população no geral. A título de exemplo, o transtorno depressivo é sete vezes mais comum em sem-abrigo em comparação com a comunidade mais ampla (Greenwood et al., 2023).

É de mencionar que segundo um estudo elaborado entre os anos de 1990 e 2009 em Queensland, na Austrália, os sem-abrigo são mais suscetíveis a cometerem suicídio. A taxa de suicídio neste segmento social é quase duas vezes superior à registada para pessoas que não estão em situação de sem-abrigo. A amostra utilizada para a realização do estudo conta com 92 pessoas que se encontravam em situação de sem-abrigo, na altura em que cometeram suicídio. Os resultados evidenciaram que o facto de existir um histórico de problemas legais, não estar empregado e possuir doenças mentais não diagnosticadas são fatores que estão intrinsecamente relacionados ao suicídio entre os sem abrigo (Arnautovska et al., 2014).

Devido à proteção de dados e para manter a sua privacidade e segurança, não foi possível ter um contacto direto com o público-alvo (os sem-abrigo). Deste modo, procurámos entrevistar um elemento da coordenação do NPISA Aveiro IPSS Florinhas do Vouga, que se mostrou disponível a esclarecer o contexto em que atuam e o trabalho desenvolvido diariamente junto dos sem-abrigo.

Atualmente o NPISA, tem como equipamentos dois centros de alojamento temporário que enfrentam o desafio da falta de vagas (quatro apartamentos partilhados com capacidade para acolher dez pessoas) e nos quais são trabalhadas competências sociais, dois espaços diurnos onde os sem-abrigo passam o tempo livre com outras pessoas, um refeitório social e um balneário. O NPISA oferece ainda, um reforço alimentar à noite, num espaço confortável e com as condições necessárias para disfrutar de uma refeição.

Adicionalmente, possuem uma Equipa de Intervenção Direta, composta por um Assistente Social, uma Psicóloga e uma Educadora Social, que procura estimular a motivação dos sem-abrigo para frequentarem tratamento, adquirirem formação, para inserção no mercado de trabalho e participação em atividades lúdicas.

A segunda equipa denominada GIROS contém um Assistente Social, uma Psicóloga e um Enfermeiro, que trabalha a Redução de Riscos, sendo que realizam ações como a troca de seringas e outros materiais de consumo, entrega de metadona e intervenção nas festas das semanas académicas. Por último, a Equipa de tratamento atua quando os sem-abrigo estão prontos e motivados para iniciar o tratamento, quer em ambulatório, como em internamento e é composta por um Assistente Social, um Psicólogo e um Médico.

Têm ainda um protocolo com uma equipa hospitalar especializada em acompanhamento psicológico, sendo este um dos pontos mais complexos de atuar, devido à não aceitação de frequentar o tratamento por parte de alguns utentes.

Esta instituição apresenta alguns projetos, no que diz respeito à formação de pessoas em situação de sem-abrigo.

As formações são delineadas consoante o trajeto de vida de cada indivíduo. A elevada pressão social por parte da comunidade, culmina na criação de expectativas e conseqüente frustração pelo não alcance das mesmas. Por este motivo, têm de ser respeitados os *timings* de cada pessoa e existir um acompanhamento concertado, para que se obtenham bons resultados. Assim sendo, muitas pessoas conseguem integrar-se plenamente na

sociedade, outras passam por múltiplas tentativas de melhoria até conseguirem fazê-lo e algumas dificilmente têm perspectivas de um dia conseguir alterar a sua situação. Neste último caso, o que o NPISA faz é prevenir riscos e assegurar as necessidades básicas destes indivíduos.

Segundo o mapa de registo das entidades Cáritas Diocesana de Aveiro, Florinhas do Vouga e Fundação CESDA, durante o ano de 2020 foram sinalizados 85 pessoas sem-teto e 67 pessoas sem-casa. Comparando estes valores com o ano de 2021 verifica-se que houve um aumento, tanto das pessoas sem-teto, como sem-casa, como se pode verificar na Figura 4.

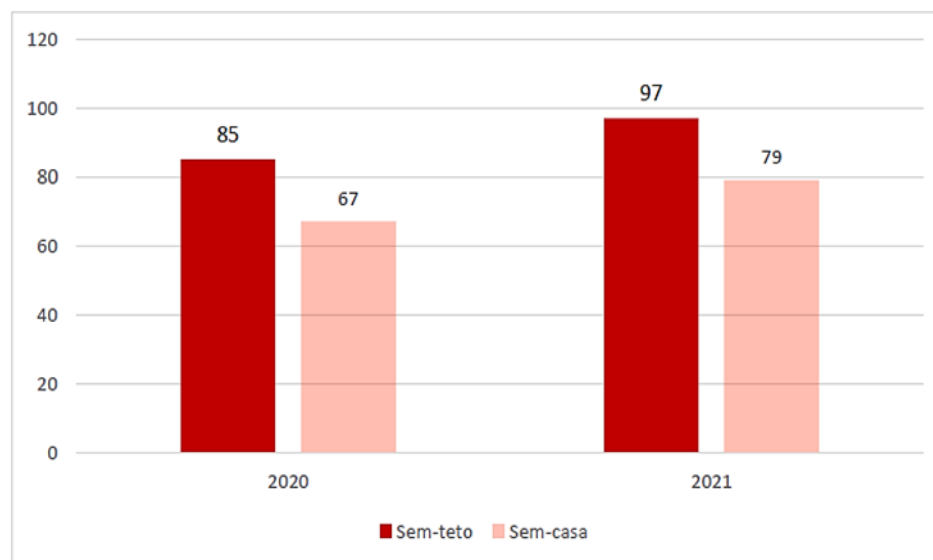


Figura 4 - Número de pessoas em situação de sem abrigo

Fonte: Relatório de Atividades de 2021 (NPISA de Aveiro)

Porém, segundo as informações obtidas pela coordenação do NPISA de Aveiro, este número não costuma oscilar muito significativamente, porque se verifica uma constante substituição dos indivíduos em situação de sem-abrigo, o que significa que muitas pessoas conseguem alterar a sua situação. Entende-se por pessoas sem-teto indivíduos que estão alojadas em abrigos de emergência ou com paradeiro em local precário e por pessoas sem-casa as que se encontram a viver em alojamentos temporários destinados para o efeito.

A grande dificuldade revelada por parte da coordenação da NPISA Aveiro é a escassez de habitação, que dificulta a integração no mercado de trabalho, visto que as pessoas não conseguem ter condições dignas de descanso necessárias que lhes permitam ter capacidade para enfrentar uma rotina de trabalho contínua.

As habitações onde são alojados os sem-abrigo tendem a ser ambientes adversos porque acomodam imensas pessoas, que leva à incapacidade de responder a todas as necessidades e capacidades de saúde física e mental. Outro aspeto a realçar é o facto de os animais de estimação não serem permitidos, o que compromete o estabelecimento de qualquer relação com outras espécies (Greenwood et al., 2023).

Portanto, a primeira vertente a resolver é a questão da habitação, pois só dessa forma é possível uma reintegração duradoura e com efeitos permanentes.

A Figura 5 pretende fazer uma pequena síntese dos temas debatidos na entrevista supramencionada.

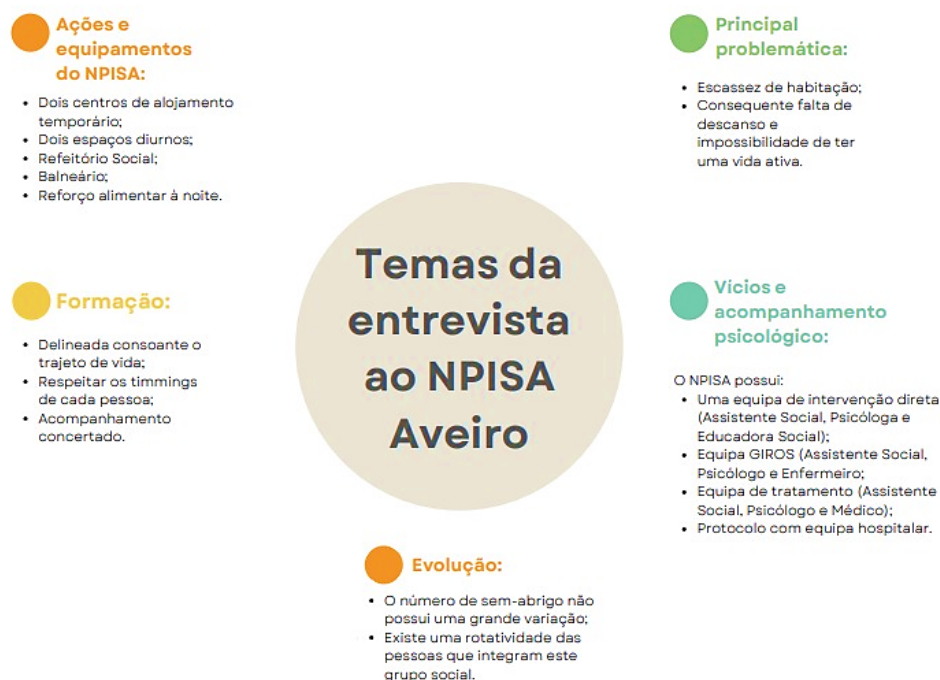


Figura 5 – Temas da Entrevista ao NPISA Aveiro

Fonte: Elaboração própria

Deste modo, a nossa proposta visa o investimento por parte das empresas em habitações que serão utilizadas para acolher sem-abrigo que lhes permita dar um novo começo à sua vida. A lacuna de habitação bem como as desvantagens subjacentes levam ao aumento das desigualdades sociais que não permitem que os sem-abrigo possam desenvolver o seu conhecimento, as suas habilidades e as suas competências, muito precisas no quotidiano (Greenwood et al., 2023). Para concretizar esta proposta, sugerimos que sejam estabelecidas parcerias entre as várias empresas interessadas e instituições que já têm experiência no combate a esta problemática, como por exemplo o NPISA Aveiro, de modo a agilizar todo o processo e a partilhar o conhecimento que obtiveram ao longo dos anos. A colaboração das empresas nesta ação passa por reverter parte dos seus lucros para o investimento em habitações. No que respeita às empresas de construção civil estas poderiam disponibilizar parte dos materiais em stock para que o preço final da obra fosse menor.

Após esta ação estar concluída, achamos importante investir na formação dos indivíduos, de forma que a sua entrada no mercado de trabalho seja facilitada e no caso de despedimento, o indivíduo rapidamente consiga encontrar outro posto de trabalho. Este trabalho poderia também ser realizado junto das próprias empresas e outras entidades. Apesar de, depois de uma entrevista informal com um dos elementos da coordenação da NPISA Aveiro, tomarmos conhecimento que algumas entidades empresariais já realizam algumas destas formações consideramos que é fulcral todos os indivíduos terem acesso a esta oportunidade. Na Figura 6 é possível observar o nível de escolaridade dos indivíduos sem-teto e sem-casa a 31 de dezembro de 2021.

A maioria apresenta apenas o 2º Ciclo de Ensino Básico e apenas se regista uma pessoa que possui o ensino superior e quatro com ensino secundário, o mínimo atualmente pedido na maioria dos postos de trabalho em Portugal.

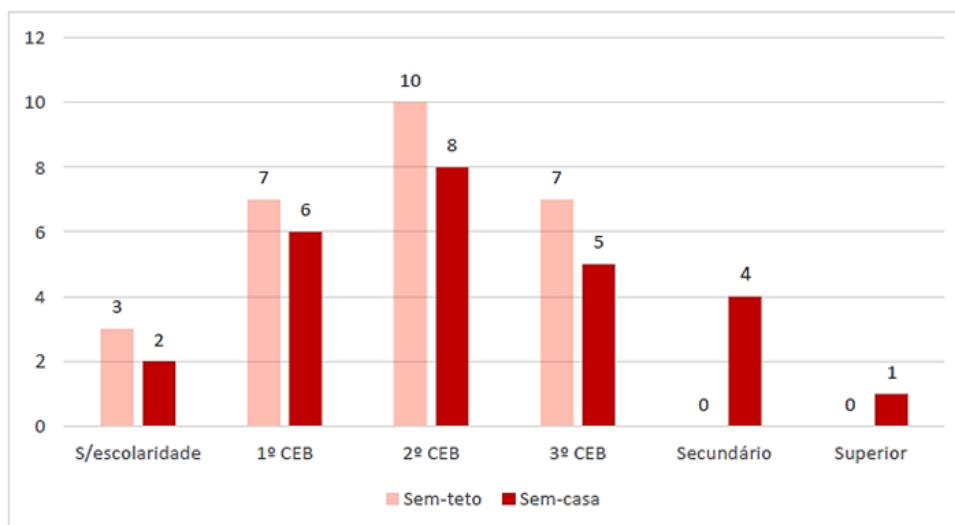


Figura 6 - Nível de escolaridade de pessoas sem abrigo a 31 de dezembro 2021

Fonte: Relatório de Atividades de 2021 (NPISA de Aveiro)

Através da consulta do Relatório de Atividades de 2021 do NPISA Aveiro, conhecemos o Programa Incorpora que é promovido pela Cáritas Diocesana de Aveiro. Este programa visa integrar no mercado de trabalho pessoas que se encontram em risco de exclusão social e é implementado pela Fundação “La Caixa” em colaboração com o BPI e o IEFP, IP. De um total de 21 pessoas encaminhadas, 15 foram integradas no mercado de trabalho. Um bom número conseguido pela cooperação de todas estas entidades.

Consideramos ainda imprescindível que todo este processo seja contínuo e que exista sempre a possibilidade de usufruir de acompanhamento psicológico ao longo do processo de reinserção.

6.2. GABINETES DE RESPONSABILIDADE SOCIAL NAS EMPRESAS

A nossa segunda proposta passa pelo aumento do número de empresas detentoras de gabinetes de responsabilidade social. É de mencionar que apesar de desde novembro de 2022, as empresas de maior dimensão estarem legalmente obrigadas a desenvolver um relatório anual de sustentabilidade, ainda são poucas as que transmitem informação sobre as vertentes sociais em que trabalham, o que resulta numa desinformação e falta de transparência (Cláudia Coelho, 2023). Esta sugestão surge, porque o motor das empresas é o lucro. Ter uma imagem limpa estimula o aumento das vendas, principalmente em empresas que possuem uma má reputação ou estão associadas a más práticas. Algumas empresas já possuem estes gabinetes que retiram parte do seu lucro para investir em ações sociais, porém ainda é um número relativamente reduzido (Eckschmidt, 2020). Por este motivo, a nossa proposta visa a divulgação dos benefícios inerentes à implementação destes gabinetes e o destaque da problemática da pobreza, no sentido de fazer com que mais empresas implementem estes gabinetes e contribuam ativamente para a diminuição da pobreza.

6.3. BENS ALIMENTARES

A nossa terceira e última proposta foca-se na distribuição de bens alimentares por famílias carenciadas. Esta proposta tem como principais destinatárias as empresas que possuem cantina e empresas com uma atividade produtiva relacionada a comidas perecíveis. Relativamente às empresas que possuem uma cantina, a proposta é de fazer com que as mesmas distribuam as sobras alimentares pelas famílias carenciadas e notificadas pela ação social do município. Desta forma, os desperdícios alimentares seriam evitados e mais pessoas seriam ajudadas.

Esta medida poderia surgir como uma parceria com outras entidades sociais, caso esta ligação facilitasse o processo.

Quanto às empresas, cuja atividade produtiva está diretamente relacionada à distribuição e/ou venda de produtos, estas poderiam distribuir pelos mais carenciados e a custo zero, as comidas que estejam com o término do prazo de validade próximo, mas próprias para consumo. É sabido que existe um enorme desperdício alimentar nos dias de hoje e que já surgem algumas ações no sentido de o diminuir; como exemplo podemos mencionar a “Too good to go” (ver [Toogoodtogo.com](https://www.toogoodto.go.com), um serviço através de uma app que tem como missão ligar clientes a restaurantes – com excedentes alimentares por vender – estando o serviço já presente em várias cidades europeias e também nos EUA). Estas ações posicionam-se a um custo menor do que o praticado usualmente, porém esse custo continua a ser significativo e pode não ser suportável por algumas pessoas. Ninguém lucra com o desperdício, sendo por isso benéfico para ambas as partes que esta comida seja distribuída por quem mais precisa, sem a cobrança de um preço.

Estamos cientes que esta proposta não possui caráter permanente, ou seja, não permite que as pessoas alterem a sua situação. Porém, é uma medida importante para garantir que as necessidades básicas dos indivíduos estão asseguradas e também para reduzir o desperdício alimentar.

De seguida, na Figura 7, apresentamos uma síntese das propostas anteriormente apresentadas para que seja possível visualizar mais sucintamente a mesma.

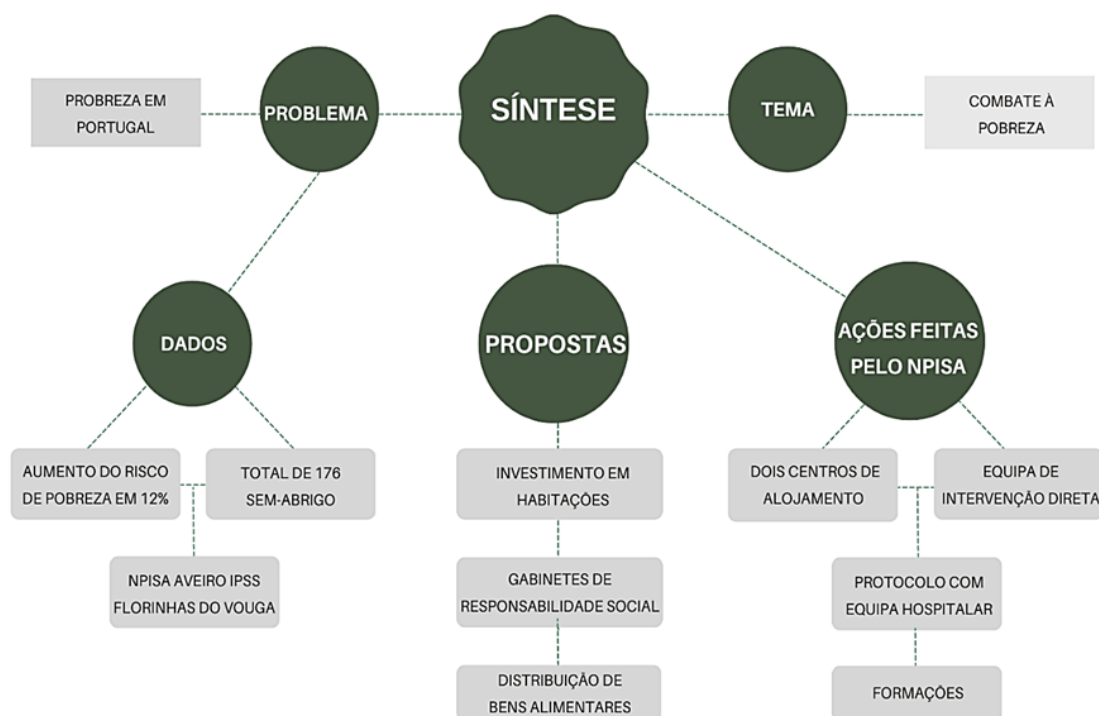


Figura 7 - Síntese geral

Fonte: Elaboração própria

7. CONCLUSÃO, LIMITAÇÕES E SUGESTÕES DE FUTURA PESQUISA

A problemática da pobreza ainda se encontra muito vincada na sociedade, dado que se tem verificado um aumento do risco de pobreza ou exclusão social, nomeadamente entre 2020 e 2021 de 12%.

De acordo com os registos fornecidos pela entidade Cáritas Diocesana de Aveiro, Florinhas do Vouga e Fundação CESDA, de 2020 para 2021 verificou-se ainda um aumento do número de pessoas em situação de sem-abrigo, passando de um total de 152 indivíduos para 176.

Estes números são preocupantes e, por isso, o objetivo do nosso relatório é alertar para a importância da responsabilidade social e promover a adoção por parte das empresas de práticas de combate à pobreza neste novo contexto socioeconómico.

Comunicar diretamente com as organizações supracitadas permitiu-nos não só compreender a dimensão do problema na realidade portuguesa, bem como explorar novos caminhos para o resolver, visto que tomamos conhecimento das medidas que estão a ser atualmente implementadas.

Consideramos ter atingido todos os objetivos a que nos propusemos na introdução, visto que apresentamos três propostas sólidas e viáveis, que podem ser implementadas no contexto atual. Estas propostas complementam-se e consistem no investimento em habitação por parte de empresas para acolher sem-abrigo, ampliar o número de empresas com Gabinetes de Responsabilidade Social (com poder efetivo para mudar o estado atual das coisas) e a distribuição de bens alimentares por famílias carenciadas. Como é possível verificar, cada proposta atua em áreas específicas, pelo que devem ser todas implementadas simultaneamente para a obtenção de melhores resultados.

É possível diminuir os impactos da pobreza em Portugal e as empresas serão uma fonte muito importante de ajuda.

Como limitações do estudo referimos que não conseguimos entrevistar nenhum elemento sem-abrigo, por limitações de tempo e de segurança e proteção de dados. O guião de entrevista para os sem-abrigo foi elaborado e poderá ser partilhado pelos autores, mediante pedido aos mesmos.

Para futura pesquisa sugerimos a implementação das propostas focadas neste artigo e a sua posterior monitorização – para verificar os benefícios e lacunas existentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Arnautovska, U., Sveticic, J., & De Leo, D. (2014). What differentiates homeless persons who died by suicide from other suicides in Australia? A comparative analysis using a unique mortality register. *Social Psychiatry and Psychiatric Epidemiology*, 49(4). (<https://doi.org/10.1007/s00127-013-0774-z>)
- Bae, S. (2023). Consumers' responses to hotels' donation of rooms to homeless people: The impact of political ideology. *Tourism Management*, 97. (<https://doi.org/10.1011//tourman.2022.104444>)
- Banco Mundial. (2022). Pobreza: Panorama geral. (<https://www.bancomundial.org/es/topic/poverty/overview>)
- Cláudia Coelho. (2023). Diretiva de Reporte Corporativo de Sustentabilidade – um progresso significativo para a transparência e informação sobre sustentabilidade – ECO. January 17. (<https://eco.sapo.pt/opiniao/diretiva-de-reporter-corporativo-de-sustentabilidade-um-progresso-significativo-para-a-transparencia-e-informacao-sobre-sustentabilidade/>)
- Conceitos do Mundo. (2022). Pobreza - Conceito, causas, consequências, classificação e números. (<https://conceitosdomundo.pt/pobreza/>)
- Eckschmidt, T. (2020). O único propósito de uma empresa é gerar lucro para os acionistas. (<https://www.mitsloanreview.com.br/post/o-unico-proposito-de-uma-empresa-e-gerar-lucro-para-os-acionistas>)
- Greenwood, R. M., O'Shaughnessy, B. R., Manning, R. M., Vargas Moniz, M. J., Sacchetto, B., Ornelas, J., Jorge-Monteiro, M. F., Almas, I., Duarte, T., Disperati, F., Gaboardi, M., Lenzi, M., Santinello, M., Vieno, A., Marques, R. P., Carmona, M.,
-

-
- Nave, A., Bernad, R., Rivero, B., ... Tinland, A. (2023). Psychometric properties of the measure of achieved capabilities in homeless services. *BMC Public Health*, 23(1). (<https://doi.org/10.1186/s12889-022-14755-9>)
- INE - Instituto Nacional de Estatística. (2019). Conceito de Sem Abrigo. (<https://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/11125?voltar=1>)
- Keim-Klärner, S., Adebahr, P., Brandt, S., Gamper, M., Klarner, A., Knabe, A., Kupfer, A., Muller, B., Reis, O., Vonneilich, N., Ganser, M.A., de Bruyn, C., von der Lippe, H. (2023). Social inequality, social networks, and health: a scoping review of research on health inequalities from a social network perspective. *International Journal for Equity in Health*, 22(1), 74.
- Marinho, E.M. (2012). Relato do seminário anual: “Responsabilidade Social: a normalização Nacional e Internacional.” March 14. (<https://docplayer.com.br/6274508-Relato-do-seminario-anual-responsabilidade-social-a-normalizacao-nacional-e-internacional.html>)
- Marques, S., & Caetano, A. P. (2022). *Relatório de Atividades 2021*. NPISA Aveiro, IPSS Florinhas do Vouga.
- Nações Unidas. (2015). Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. (<https://unric.org/pt/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel/>)
- Oliveira, M., Ferreira, M., & Lima, V. (2015). Responsabilidade social corporativa: conceito, instrumentos de gestão e normas. (<http://www.sustenere.co/index.php/rbadm/article/view/SPC2179-684X.2015.002.0011/622>)
- Parlamento Europeu. (2011). Pobreza na União Europeia | Atualidade. (<https://www.europarl.europa.eu/news/pt/headlines/society/20111201ST033091/pobreza-na-uniao-europeia>)
- Saunders, M., Lewis, P., Thornhill, A. (2016). *Research methods for business students*. 7th edition. Harlow, England: Pearson Education.
- Semprebon, E., Porsse, M. de C. S., Gurak, E. C., & Dameto, F. (2020). Explaining poverty and business with network concepts analysis. *Business and Society Review*, 125(3), 311–327. (<https://doi.org/10.1111/BASR.12199>)
-